

# DESAFIOS À EDUCAÇÃO NUM MUNDO GLOBALIZADO

CHALLENGES TO EDUCATION IN A GLOBALIZED WORLD

DESAFIOS A LA EDUCACIÓN EN UN MUNDO GLOBALIZADO

**Maria Teresa Sokolowski Queiroz**

*Doutora em Educação pela UNIMEP e membro do Núcleo de Pesquisa Protestantismo e Educação da UNIMEP*

## • Resumo

A expressão “globalização” é hoje utilizada em diferentes áreas do conhecimento e em diversas formas de relações. Este artigo propõe-se a estudar a relação entre a globalização, o trabalho e a educação. A análise é feita mediante a comparação entre os modelos de produção e as características da educação no período pré-globalização e no período atual. Os principais conceitos usados são o princípio da riqueza de uma nação baseado no aumento da produtividade de Adam Smith; a divisão pormenorizada do trabalho e o taylorismo decorrentes da teoria geral da administração de Frederick W. Taylor; o fordismo como consequência da invenção das esteiras móveis por Henry Ford; a pedagogia tecnicista como a sistematização dos princípios tayloristas em educação; a diferenciação entre as ideologias liberal e neoliberal segundo Macridis e a supervalorização do mercado; e o toyotismo, novo modelo de produção copiado da indústria japonesa Toyota. Todas as mudanças que a globalização econômica vem trazendo ao modelo de produção influenciam o sistema educacional e compete aos educadores fazerem uma análise crítica dessas transformações.

**Palavras-chave:** Globalização. Trabalho. Educação.

## • Abstract

The expression “globalization” is used nowadays in different fields of knowledge and in several kinds of relationships. This article intends to study the relationship between globalization, labor and education. The analysis is fulfilled through a comparison between the production models and the features of education in the pre-globalization period and the current period. The main concepts are the principle of a nation's wealth based in the productivity increase, of Adam Smith; the detailed division of work and taylorism deriving from Frederick W. Taylor; the fordism as a result of the conveyor belt's invention by Henry Ford; the technicist pedagogy as the systematization of the taylorist principles in education; the differentiation between liberal and neoliberal ideologies according to Macridis and the overvaluation of market; and the toyotism, a new production model copied from the Japanese Toyota. All the changes the economic globalization brings to the production model influence the educational system, and educators should be making a critical analysis of such transformations.

**Keywords:** Globalization. Work. Education.

## • Resumen

La expresión “globalización” se utiliza hoy en diferentes áreas del conocimiento y en diversas formas de relaciones. Este artículo se propone el estudio de la relación entre la globalización, el trabajo y la educación. El análisis se hace mediante la comparación entre los modelos de producción y las características de la educación en el período anterior a la globalización y el actual. Los principales conceptos utilizados son el principio de la riqueza de una nación basado en el aumento de la productividad de Adam Smith; la división pormenorizada del trabajo y el taylorismo decurrentes de la teoría general de la administración de Frederick W. Taylor; el fordismo como consecuencia de la invención de las cintas mecánicas por Henry Ford; la pedagogía tecnicista como la sistematización de los principios tayloristas en educación; la deferenciación entre las ideologías liberal y neoliberal según Macridis y la supervaloración del mercado; y el toyotismo, nuevo modelo de producción que se copió de la industria japonesa Toyota. Todos los cambios que la globalización económica trae al modelo de producción influyen el sistema educacional y cabe a los educadores hacer un análisis crítico de esas transformaciones.

**Palabras-clave:** Globalización. Trabajo. Educación.

## INTRODUÇÃO

Globalização é um tema que vem sendo pesquisado com bastante freqüência, principalmente a partir da década de 90, nas mais diferentes áreas. Por mais que se tenham feito análises sobre ela, o assunto ainda está longe de se esgotar dadas as profundas transformações pelas quais o mundo vem passando neste período de globalização. Essas mudanças são sérias, atingem bilhões de pessoas em todo o planeta e precisam ser exaustivamente debatidas, para analisar-se em que medida elas podem contribuir para a melhoria do padrão de vida e da dignidade humana, ou sob quais aspectos as transformações são contrárias aos interesses e necessidades de um grande contingente populacional.

Este artigo examinará as novas competências que o mercado de trabalho de uma economia globalizada espera dos trabalhadores, e em que medida a educação vem sendo solicitada a contribuir com a formação dessas novas habilidades.

O estudo será feito por meio de um paralelo traçado entre o período pré-globalização e a era atual. A fase anterior à economia globalizada caracterizou-se por um sistema que buscava o aumento da produtividade, fundamentado na divisão pormenorizada do trabalho. O capital e os meios de produção foram cada vez mais se concentrando nas mãos de poucos capitalistas que precisavam de um grande contingente de trabalhadores nas suas indústrias.

Esse modelo de produção fez surgir uma nova teoria geral de administração, o taylorismo, e a necessidade de aumentar a

produção levou o norte-americano Henry Ford a inventar a esteira móvel. Tanto o taylorismo como o fordismo concorreram para a valorização do trabalho especializado. Reforçaram, também, um projeto educacional baseado no conhecimento especializado porque as indústrias precisavam de trabalhadores com essa característica para a produção em série. Foi nesse contexto que a pedagogia tecnicista ganhou ênfase.

O contexto mudou. As características da sociedade industrial diluíram-se na sociedade globalizada. O termo “globalização” perpassa todas as relações contemporâneas como a econômica, a social, a política, a educacional, a cultural, a trabalhista, dentre outras. No sentido ideológico passamos de uma sociedade liberal para uma neoliberal, na qual a preponderância dos valores morais e direitos básicos dos indivíduos – liberdade, dignidade e vida – foram se subordinando aos interesses econômicos.

O resultado dessa hipervalorização da economia é uma nova concepção de mercado, gerando a necessidade de um novo perfil para o trabalhador. Deseja-se um trabalhador com iniciativa e capacidade de tomar decisões, com competência para realizar tarefas variadas e complexas, de trabalhar em equipe e com conhecimentos em diferentes áreas. Essa nova realidade está trazendo conseqüências evidentes à educação.

O objetivo deste artigo é levantar algumas das conseqüências que a globalização vem impondo à educação e provocar reflexões sobre o caráter dessas mudanças.

*Direitos básicos dos indivíduos foram se subordinando aos interesses econômicos*

## O PERÍODO PRÉ-GLOBALIZAÇÃO

O sistema de produção capitalista iniciou-se com o agrupamento de antigos artesãos comandados pelo capital. A introdução da maquinaria no processo produtivo findou com o sistema artesanal.

A evolução do capitalismo contou com a contribuição de teóricos que se propuseram a analisar a racionalização do processo produtivo, tanto na execução como na organização do trabalho. Exemplo clássico foi Adam Smith e sua obra “Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, de 1776. Nela, Smith argumentou que a riqueza advinha do trabalho, fonte geratriz de valor, e não do comércio, enfraquecendo as práticas mercantilistas. Nasceu daí um novo perfil de empresário capitalista, aquele que impulsionaria a Revolução Industrial.

*Desenvolvendo a teoria do valor-trabalho, Smith mostra que a riqueza de uma nação depende fundamentalmente do aumento da produtividade do trabalho, que decorre do grau crescente de especialização determinado pela complexificação da divisão do trabalho. (KUENZER, 1989, p. 26)*

O ofício do artesão caracterizava-se pela participação em diferentes operações na confecção completa do produto. A divisão pormenorizada do trabalho segregou-o a uma pequena parte dessa obra impedindo-o de conhecer o seu todo. Além disso, a realização de todas as operações parciais de seu ofício obrigava o artesão a mudar de lugar e de ferramenta constantemente, ao passar de uma a outra dessas operações, fazendo com que houvesse perda de tempo em sua jornada de trabalho. A divisão pormenorizada do trabalho procurou suprir esse proble-

ma, pois quando conferiu ao trabalhador uma única operação eliminou essa perda de tempo, propiciando um aumento da produtividade. A partir daí, passou-se a incentivar a dedicação do trabalhador a uma tarefa específica e o desenvolvimento de destrezas específicas.

A economia de tempo, a invenção de máquinas e a maior habilidade do trabalhador contribuíram com o aumento da produtividade e viabilizaram maiores lucros ao proprietário dos meios de produção.

O fim do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma verdadeira revolução no funcionamento dos sistemas de produção e distribuição dentro das empresas. Essa revolução propiciou o maior acúmulo de capital e de meios de produção nas mãos de poucos e o emprego de um grande número de trabalhadores a serviço de um mesmo capitalista. Esses fatores concorreram com o surgimento, desde os primeiros tempos do modo de produção capitalista, de processos administrativos peculiares a esse sistema. Foi nesse período que a administração apareceu como disciplina teórica.

Um dos expoentes na nova teoria geral de administração foi Frederick W. Taylor, criador da chamada “administração científica”. Na sua obra;

*a divisão pormenorizada do trabalho exerce papel central, seguida de suas decorrências, quais sejam, a hierarquia, a especialização, a autoridade, o controle, tendo em vista o aumento da produtividade da mão-de-obra. Esse aumento de produtividade representa o objetivo comum a unir patrões e operários; aqueles seriam recompensados com maiores lucros, e estes, com maiores salários. Taylor acresce à fragmentação do*

*trabalho a divisão de funções entre gerência e trabalhador. O conceito de controle do taylorismo assume uma conotação inteiramente nova: a necessidade absoluta de a gerência impor ao trabalhador a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado, tirando do trabalhador a possibilidade de pensá-lo, criá-lo, controlá-lo.*  
(KUZNER, 1989, p. 29-30)

Taylor (1978, p. 49-50) propunha o banimento do trabalho cerebral da oficina e sua centralização no departamento de planejamento. Segundo ele;

*na administração científica, a iniciativa do trabalhador (que é seu esforço, sua boa vontade, seu engenho) obtém-se com absoluta uniformidade e em grau muito maior do que é possível sob o antigo sistema. À gerência é atribuída a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução do seu trabalho diário. Está claro então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho.*

Os trabalhadores foram acusados de “vagabundagem sistemática” e o taylorismo sugeria medidas “científicas” de controle, dividindo os processos de produção em manobras simples, rudimentares e automáticas, causando a desqualificação do trabalhador. Cada vez mais os operários foram sendo afastados dos processos decisórios e de controle das empresas. Todas essas medidas foram apro-

fundando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que possibilitou maior controle do trabalhador.

A política taylorista de desqualificação do trabalho manual aprofundou-se ainda mais com a criação da linha de montagem numa esteira móvel, ou seja, a organização e distribuição das tarefas em uma esteira transportadora introduzida primeiramente na Ford Motors Company, nos Estados Unidos, estendendo-se posteriormente a toda a indústria automobilística.

O funcionamento das linhas de montagem depende da divisão pormenorizada do processo de fabricação, no caso, de um automóvel. Com isso, os operários pouco saem do lugar, porque as máquinas estão dispostas ordenadamente segundo sua ordem de uso e são as próprias esteiras transportadoras que aproximam as peças a serem montadas. Essa inovação permitiu uma sensível diminuição do tempo na execução das tarefas. Os trabalhadores só precisam seguir o movimento cadenciado da esteira e realizar serviços bastante simples e concretos.

Santomé (1998, p. 11) observou que; *o próprio Henry Ford chegou a declarar que o trabalho que qualquer operário tem de realizar é tão fácil que até o indivíduo mais estúpido pode aprender a executá-lo em dois dias; nem mesmo a força física é necessária, pois a força de uma criança de três anos é suficiente.*

O taylorismo e o fordismo representaram uma política de transformação tecnológica, organizacional e disciplinar que levou ao fracionamento da atividade produtiva tornando-a incompreensível e

*A separação entre trabalho intelectual e trabalho manual possibilitou maior controle do trabalhador*

intensificando o controle sobre os trabalhadores. Estes passaram a ter o salário como único estímulo para desempenharem suas funções porque lhes foi negada a possibilidade de participarem das decisões sobre o que produzir, para quê e como.

Essas filosofias enfatizaram os princípios hierárquicos e piramidais de autoridade. No alto estaria um seleto grupo detentor de prestígio e poder, base da pirâmide seria formada por um número maior de pessoas sem condições de conceber, de ter iniciativa e de apresentar propostas.

O processo de taylorização dos sistemas de produção e distribuição reproduziu-se no âmbito educacional. Tanto trabalhadores como estudantes sofreram as conseqüências das políticas de desqualificação, da divisão pormenorizada de tarefas, da impossibilidade de intervir nos sistemas produtivos e educacionais dos quais tomavam parte. No campo educacional a taylorização fez com que professores e alunos deixassem de refletir criticamente sobre a realidade, pois o que a escola passou a ensinar com mais ênfase foram habilidades relacionadas com a submissão e a obediência à autoridade.

A pedagogia tecnicista foi a sistematização dos princípios tayloristas em educação. Sobre ela escreveu Saviani (1986, p. 15):

*A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico.*

O embasamento filosófico da pedagogia tecnicista era o neopositivismo, o método adotado era o funcionalismo e

defendia-se o pressuposto da neutralidade científica. Enfatizou o planejamento da educação com vistas a uma minuciosa organização racional para evitar, ao máximo, subjetividades, o que atrapalharia a sua eficácia. Como nas empresas, o tecnicismo propôs também a atomização do trabalho pedagógico com a especialização de funções, a operacionalização dos objetivos e a mecanização do processo.

Na pedagogia tecnicista a organização racional dos recursos passou a ser o destaque do processo ensino-aprendizagem, diferentemente da pedagogia tradicional, que se centrava na figura do professor e da pedagogia nova, que valorizava mais o aluno. No tecnicismo, tanto o professor como o aluno foram legados para um segundo plano, o de meros executores de um projeto educacional concebido, planejado e controlado por supostos especialistas. O objetivo principal da pedagogia tradicional era aprender, o da pedagogia nova era aprender a aprender e o da tecnicista era aprender a fazer.

Os conteúdos culturais trabalhados em sala de aula não eram tratados de forma relevante, deveriam ser memorizados sem qualquer reflexão ou debate de idéias e o que se pretendia, principalmente, era incentivar nos alunos à aptidão para a submissão. O texto abaixo explicita esta afirmação:

*Os professores e professoras ocupavam-se mais de serem obedecidos, de seguir um determinado ritmo nas tarefas a realizar, de propiciar uma memorização de dados quase nunca bem compreendidos; enquanto isso, os alunos geravam estratégias para recordar dados e conceitos que para eles não tinham qualquer significação; portanto preocupavam-se mais com manter as aparências: apresentar exercícios caprichados, acabar a tempo, não falar sem permissão, manter a ordem nas filas, etc. Na*

*verdade, o que realmente importava eram as notas escolares, que representavam a mesma coisa que os salários para os operários e operárias. O produto e o processo de trabalho não valiam a pena, só era importante o resultado extrínseco, o salário ou as qualificações escolares. (SANTOMÉ, 1998, p. 15)*

O auge da pedagogia tecnicista no Brasil foi no final da década de 60 e durante a década de 70. Foi a opção do regime militar para a adaptação do sis-

tema educacional ao seu projeto político e econômico. As principais medidas adotadas nesse sentido foram a reforma universitária, sob a lei 5.540 / 68, e a reforma do 1º e 2º graus, sob a lei 5.692 / 71. Essa reorganização do sistema educacional objetivou a preparação de mão-de-obra para a crescente industrialização do país e para garantir uma educação disciplinada, controlada e dentro da ordem estabelecida pela ideologia desse regime.

### A ERA GLOBAL

No decorrer de sua história o capitalismo passou por diferentes transformações e no final do século XX uma nova crise vem marcando o seu desenvolvimento. Segundo Mesquita (2002, p. 70), *“a crise do capitalismo no final do século, em sua essência, é a crise do financiamento do padrão de produção e reprodução das condições gerais do capital e financiamento e ganho dos trabalhadores”*.

O caminho esboçado para a superação dessa crise alia uma nova forma de reorganização econômica e ideológica, o neoliberalismo, com um novo sistema de acumulação do capital, os modelos pós-taylorista e pós-fordista.

Macridis (1992, p. 25) assim explica essa reorganização ideológica que passou do liberalismo para o neoliberalismo:

*O liberalismo consiste em três núcleos. Um é moral, o segundo é político, e o terceiro é econômico. O núcleo moral contém uma afirmação de valores e direitos básicos, atribuíveis à “natureza” do ser humano – liberdade, dignidade e vida – subordinan-*

*A globalização das economias está induzindo a descentralização e desconcentração do processo de produção*

*do tudo o mais à implementação deles. O núcleo político inclui primariamente direitos políticos – direito de votar, de participar, de decidir que tipo de governo eleger, e que tipos de políticas seguir. É associado à democracia representativa. O núcleo econômico tem a ver com direitos econômicos e de propriedade. Ainda é referido como “individualismo econômico”, “sistema de livre iniciativa”, ou “capitalismo”, e pertence aos direitos e liberdades dos indivíduos para produzirem e consumirem, para estabelecer relações contratuais, para comprar e vender através de uma economia de mercado, para satisfazer seus desejos de acordo com suas maneiras próprias, e para se desfazerem de suas propriedades e de seu trabalho na medida em que assim o decidirem. A máxima tem sido a propriedade privada e uma economia de mercado que sejam livres de controles e regulações por parte do Estado.*

E conclui dizendo que *“o liberalismo inicial enfatiza direitos civis e pessoais – o*

*núcleo moral. Os neoliberais reafirmam enfaticamente as premissas liberalistas iniciais que enfatizam o aspecto econômico (p. 68)”.*

Macridis elucida pois, que a diferença entre as ideologias liberal e neoliberal é que a primeira valoriza mais o núcleo moral e a segunda centra-se no núcleo econômico.

Mesquita (2002, p. 70) complementa a análise esclarecendo que o neoliberalismo defende a existência de uma

*proporcionalidade inversa entre a evolução dos salários reais e a evolução dos lucros, passando pelo dismantelamento das instituições e pelo abandono das práticas que estabeleciam o laço estrito entre salário e produtividade do trabalho. Para os neoliberais, há necessidade de manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.*

Na década de 80 os países desenvolvidos experimentaram um rápido processo de intercomunicação e interdependência de suas economias. A globalização econômica mudou as regras de competitividade forçando uma transformação nos padrões de produção e comercialização. Os novos perfis mercadológicos levaram as ideologias taylorista e fordista à exaustão, criando um novo sistema de acumulação de capital, remodelando a organização e o desenvolvimento das indústrias com um novo conceito de produção e de especialização flexível.

Uma das preocupações fundamentais do fordismo era com o aumento da produção que deveria, necessariamente, ser acompanhado do aumento do consumo. Foi preciso acrescer os salários dos trabalhadores para transformá-los em consumido-

res. Mas a globalização das economias está provocando uma crescente fragmentação e heterogeneidade dos mercados, induzindo a descentralização e desconcentração do processo de produção.

A competitividade do mercado acirrou-se, obrigando as empresas a buscar uma produção qualitativamente eficaz, flexível, maior e concomitantemente com menor custo trabalhista e de capital. Enfim, tornou-se imprescindível readaptar os sistemas de gestão e organização do trabalho.

Novas concepções começaram a delinear modelos pós-taylorista e pós-fordista de gestão e organização do trabalho. Uma característica dessa nova fase é a flexibilidade trabalhista que levou à substituição da estabilidade em uma função específica de trabalho pela, na melhor das hipóteses, permanência no emprego. Esse panorama incerto, instável e estacionário resultou numa fragilidade nos contratos de trabalho. Outra característica é a substituição da formação profissional da classe trabalhadora centrada na especialização por incentivos à reciclagem e a formação permanente, pois as atuais flexibilidades da produção e dos mercados exigem uma participação mais efetiva dos trabalhadores na concepção, programação e avaliação de suas atividades. Valorizou-se o trabalho em equipe em detrimento do trabalho individual dos modelos anteriores.

Ball (2000, p. 123) faz a seguinte análise das transformações que a globalização impôs ao desenvolvimento econômico de uma nação:

*As regras de engajamento descrevem a relação entre governos, empregados e trabalhadores. A mudança principal aqui, ao menos no Ocidente, é de um corporativismo fordista, baseado no Estado do Bem-estar, para um modelo de mercado, onde a prosperidade dos*

*trabalhadores dependerá de sua habilidade para comercializar suas habilidades e seu conhecimento e de sua sagacidade empreendedora num mercado global incontrolável.*

Na era da globalização econômica o mercado tornou-se balizador da aplicação dos recursos e da determinação dos preços. Acirraram-se as competições industriais e entre mercados estrangeiros, e o consumidor está cada vez mais atento aos padrões de qualidade dos produtos. Esse quadro levou à incorporação de alguns aspectos da revolução Toyota que transformou os modelos de gestão e produção industrial do Japão, a partir das décadas de 50 e 60, dentro da empresa de mesmo nome.

*O sistema Toyota originou-se na necessidade particular do Japão de produzir pequenas quantidades de muitos modelos de produtos; mais tarde, o mesmo evoluiu para converter-se em um verdadeiro sistema de produção. Devido a essa origem, esse sistema é fundamentalmente competitivo na diversificação. Isso representa o contrário das propostas de H. Ford, que buscavam a fabricação em massa, isto é, uma grande quantidade de produtos idênticos. Como pretende ajustar-se às flutuações qualitativas e quantitativas do mercado e da demanda, o toyotismo não se arrisca acumulando grandes estoques que possam ficar encalhados. Assim, seu objetivo é a fábrica mínima e "enxuta", que lhe servirá para reduzir custos, ganhar competitividade e, o que é muito importante, poder. É preciso produzir apenas o necessário e no momento certo (SANTOMÉ, 1998, p. 17-18).*

Duas características importantes do modelo toyotista são a *produção enxuta* e *just-in-time*, que orientam a supressão dos desperdícios e a organização dos funcionários, das tarefas e dos equipamentos para que a empresa dimensione seu planejamento em prazos diários ou semanais, diminuindo seus estoques, seus funcionários, suas máquinas, os materiais e o espaço físico. Deve-se também, cuidar para que o abastecimento de materiais usados na confecção ou comercialização de algo seja rapidamente provido.

O toyotismo implementou a idéia da *qualidade total*, que consiste no esforço de procurar e eliminar os defeitos de fabricação e comercialização o quanto antes. Dentre as diferentes estratégias utilizadas para buscar-se a qualidade total destacam-se os círculos de qualidade, uma nova forma de organização do trabalho. O objetivo dos círculos de qualidade é o melhor aproveitamento das experiências e conhecimentos dos trabalhadores, que passaram a colaborar de forma mais efetiva com a empresa, ajudando a detectar problemas e sugerindo estratégias para o aumento e a melhoria da produção.

Outra característica da filosofia toyotista é o investimento na formação e na reciclagem contínua dos trabalhadores para garantir a produtividade e a rentabilidade da empresa, dada a intensa oscilação do mercado. O investimento na multifuncionalidade possibilitou o desenvolvimento da flexibilidade e da polivalência do funcionário, pois uma mesma pessoa pode operar diferentes máquinas. Os trabalhadores passaram a ter mais autonomia, a trabalhar em equipes e a desempenhar diferentes fun-

*A formação centrada na especialização foi substituída pela reciclagem e formação permanente*

ções, distanciando-se cada vez mais do sistema fordista. (SANTOMÉ, 1998, p. 17-18).

O novo papel delegado à classe trabalhadora fez com que as hierarquias de poder fossem dissimuladas, mas não extintas. O poder de participação e decisão vai até certo ponto, pois não compete ao trabalhador determinar, por exemplo, o que a empresa irá produzir, a finalidade da produção ou a quantidade. Os métodos de controle também mudaram como descreve Ball (2000, p. 128):

*O novo gerencialismo significa o desmonte dos regimes organizacionais baseados na autonomia da profissão e sua substituição por regimes baseados no mercado. O novo gerencialismo também envolve “novas” formas de envolvimento dos empregados, particularmente, através do cultivo de uma “cultura empresarial”, na qual os gerentes buscam delinear, normalizar e instrumentalizar a conduta das pessoas a fim de alcançar os objetivos que eles postulam como desejáveis. Esses desenvolvimentos são profundamente paradoxais. Por um lado, eles representam um distanciamento dos métodos tayloristas de controle, baseados em uma atitude de pouca confiança relativamente aos empregados. As responsabilidades gerenciais são delegadas e a iniciativa e a solução de problemas são altamente valorizadas. Por outro lado, novas formas de vigilância e autocontrole são instituídas como, por exemplo, sistemas de avaliação, estabelecimentos de objetivos e comparações do produto. Trata-se de “simultaneamente afrouxar e apertar” ou de uma “desregulamentação controlada”.*

Nesse novo contexto, a grande inovação se deu no campo das telecomunicações. O aprimoramento das tecnologias da informação possibilitou um modelo de gerência empresarial mais flexível e descentralizado

sem, contudo, perder o controle do processo de produção e dos funcionários.

É possível traçar um paralelo entre as antigas e as novas competências desejáveis do trabalhador. No modelo taylorista a capacidade de cumprir as tarefas era fundamental, já no modelo pós-taylorista valoriza-se a capacidade de iniciativa, de tomar decisões e assumir responsabilidades. Antes realizavam-se tarefas simples e repetitivas, agora é necessário realizar tarefas variadas e complexas. O taylorismo baseava-se na disciplina e obediência às instruções e o pós-taylorismo incentiva a capacidade de identificar e resolver problemas com base numa compreensão global. O trabalho individual e isolado está sendo substituído pelo trabalho em equipe. No sistema taylorista os trabalhadores deveriam ter conhecimentos técnicos especializados e limitados e atualmente exige-se um nível elevado de conhecimentos técnicos.

Mesquita (2000, p. 73) faz a seguinte análise das novas competências necessárias ao trabalhador:

*Em decorrência das transformações no sentido do trabalho, verifica-se a substituição da demanda da formação profissional direcionada para “aprender a fazer” por outra que permita “aprender a aprender”. Trata-se de uma maneira de trabalhar a informação, de uma nova matriz a orientar os critérios de eficiência e competência, logo, a própria política de qualificações. Quanto menos os empregos são estáveis e mais caracterizados por objetivos gerais, mais as qualificações são substituídas por “saber-ser”.*

Faz-se necessário, entretanto, tecer algumas observações quanto às novas demandas de qualificação do trabalhador. A valorização de uma aprimorada

qualificação, de uma capacidade de abstração, a incumbência de supervisionar uma maquinaria informatizada e o desenvolvimento de aptidões para solucionar problemas são competências desejadas do conjunto de trabalhadores estáveis. Já para os trabalhadores temporários, com empregos precários, e para o excedente de mão-de-obra, o mercado não requer o aprimoramento de suas qualificações.

Cada modelo de produção demanda determinadas habilidades, destrezas e capacidades que se adaptem à sua filosofia e ao seu sistema organizacional. Os modelos taylorista e fordista necessitavam de trabalhadores especializados e com pouca ou nenhuma capacidade de análise, intervenção e avaliação do processo de produção. Já a atual fase pós-taylorista exige diferentes habilidades e capacidades e espera-se que, pela educação, consigam-se moldar os novos perfis dos trabalhadores para adaptarem-se às novas exigências dos modelos de produção. Ball (2000, p. 126) cita isso textualmente:

*Espera-se que,  
pela educação,  
consigam-se moldar  
os novos perfis dos  
trabalhadores*

*O documento da União Européia sobre educação e treinamento, Towards the Learning Society (Union, 1995), anuncia "o fim da discussão sobre princípios educacionais" (p. 22). Conceitos como "a sociedade de aprendizagem", "economia baseada no conhecimento", etc., são potentes slogans de política pública no interior desse aparente consenso. Eles simbolizam a crescente colonização da política educacional pelos imperativos da economia.*

A economia globalizada vem influenciando os sistemas educacionais sob diferentes aspectos. Um deles é a incor-

poração da filosofia neoliberal, ou ideologias de mercado, na expansão da rede de escolas. É cada vez maior o poder do mercado na definição de abertura de novas escolas e novos cursos, principalmente os particulares, acirrando a competição entre eles e estabelecendo o critério de sobrevivência do mais apto.

Outro aspecto desta influência é a incorporação das atuais práticas industriais e comerciais ao campo educacional, como o toyotismo, a gerência da qualidade total, a gerência de recursos humanos, etc. Com isso, absorve-se também as teorias e técnicas do novo gerencialismo empresarial à educação.

As transformações nos modelos econômicos e produtivos geraram uma série de mudanças e reformas nos sistemas educacionais, visando a desenvolver competências que promoveram a integração dos indivíduos às novas demandas. Foi assim no período taylorista e fordista e está sendo agora, nesta nova era do mercado. É importante observar que as mudanças educacionais estão ocorrendo fundamentalmente na forma e no conteúdo, mas o caráter produtivista e pragmático mantém-se arraigado, apresentando-se sob novas bases (FRIGOTO, 2000, p. 224). No Brasil, o modelo educacional tecnicista, produtivista e pragmático do governo militar centrava-se no binômio segurança e desenvolvimento e objetivava o desenvolvimento de competências com vistas à ascensão social. Atualmente, o modelo educativo produtivista e pragmático da economia globalizada objetiva minimizar os efeitos da pobreza e desenvolver competências que garantam a empregabilidade.

## CONCLUSÃO

A instituição do taylorismo e do fordismo como modos de gerenciamento e organização da produção provocou profundas mudanças no mundo do trabalho. Foi necessário desenvolver um perfil de trabalhador com habilidades e destrezas adaptadas ao modelo de industrialização com produção em larga escala. Buscou-se na educação a formação desse trabalhador e a pedagogia tecnicista é o exemplo disso. Observa-se assim que os aspectos econômicos influenciaram os sistemas educacionais.

A globalização da economia e a ideologia neoliberal estão transformando o mundo do trabalho e as suas formas de organização e gerenciamento da produção. Nesta era de mercado as relações econômicas fortaleceram-se e estão prevalecendo sobre as outras. As características dessa nova economia já se refletem intensamente na educação e é cada vez maior a influência dos princípios econômicos nas políticas educacionais. Alguns exem-

plos seriam uma mudança no enfoque pedagógico que enfatiza cada vez menos a formação de um perfil de trabalhador especializado e valoriza cada vez mais uma formação multifuncional, em que o mais importante não é o “aprender a fazer” e sim, o “aprender a aprender”; a assimilação da idéia da qualidade total e da gerência de recursos humanos; e o crescente poder do mercado ditando as regras de abertura de escolas e cursos.

O fato de a educação ser suscetível às normas econômicas não significa que ela seja totalmente submissa a elas. O ato de educar não é neutro, ele é crítico, político e filosófico e da mesma maneira que as diferentes relações de uma sociedade influenciam a educação, por ela é possível formar cidadãos políticos, conhecedores do processo histórico, científico, econômico, cultural e social, capazes de, munidos dos conhecimentos universais, transformarem a sociedade de acordo com os seus interesses e suas necessidades.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L. H. da (Org). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A educação e a formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: \_\_\_\_\_.

FRIGOTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MACRIDIS, R. C. **Contemporary Political Ideologies: Movements And Regimes**. New York: Harper Collins Publishers, 1992.

MESQUITA, M. A. N. de. O ensino médio na interface com o trabalho: contradições com a atual política educacional brasileira. In: BARBOSA, J. G. et al. (Org) **Políticas e educação: múltiplas leituras**. São Bernardo do Campo: UESP, 2002.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinariedade: o currículo integrado**. Porto Alegre:

Artes Médicas, 1998.

SANTOS, M. P. dos. Revisando a inclusão sob a ótica da globalização: duas leituras e várias consequências. *In*: SILVA, L. H. da (Org) **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 11ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1978.

Recebido em 20 de fevereiro de 2002